

O Banco Mundial e a Primavera Árabe

O Banco Mundial não previu a Primavera Árabe

Enquanto o Banco Mundial e o FMI elogiaram os regimes autoritários ou ditatoriais no poder por muitas décadas nas regiões árabes, as brasas da revolta estavam prontas para se incendiar

As principais análises das duas instituições financeiras relativas à Tunísia e ao Egito, os dois países onde a revolta popular surgiu entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011, elogiaram as lideranças Ben Ali e Mubarak (no poder por 24 e 30 anos, respectivamente). Os dois déspotas, embora fiéis aliados das potências ocidentais, que foram forçados a abandonar suas posições em janeiro de 2011, aplicaram infalivelmente as políticas neoliberais promovidas pelo Banco Mundial (BM) e pelo FMI.

O BM não faz uma análise séria de seus erros

Dez anos depois, não há aqui uma análise oficial do Banco Mundial que ajude a entender as raízes dos levantes / revoltas. O BM não só continua cegamente em seus erros, mas também produz estudos mal feitos para tentar justificá-los.

O BM e o FMI têm claramente um problema: se, como dizem, suas recomendações estão indo na direção certa e devem ser pressionadas com mais força, como podem ser explicados os vigorosos movimentos populares que abalaram o mundo árabe, do Marrocos ao Iêmen e ao Líbano? No momento de escrever estas linhas, as populações árabes vêm expressando seu descontentamento há mais de uma década.

As discrepâncias entre as previsões do BM e os resultados alcançados não podem ser ignoradas

As discrepâncias entre as previsões do BM e os resultados alcançados são tais que não podem ser ignoradas. O BM foi forçado a fazer declarações de relações públicas pouco convincentes para explicar que tais eventos não tinham sido previstos.

Várias citações do BM, tais como o seguinte comunicado de imprensa de outubro de 2015 mostram que eles são incapazes de entender de onde veio a revolta:

“A julgar apenas pelos dados econômicos, as revoluções da Primavera Árabe de 2011 nunca deveriam ter acontecido. Os números das décadas anteriores tinham contado uma história brilhante: a região vinha fazendo progressos constantes para eliminar a pobreza extrema, impulsionar a prosperidade compartilhada, aumentar a matrícula escolar e reduzir a fome, a mortalidade infantil e materna. As reformas estavam em andamento e o crescimento econômico era moderado.

E então, no final de 2010 e no início de 2011, milhões de pessoas despejaram-se nas ruas das principais cidades do Oriente Médio e do Norte da África (MENA), clamando por mudanças, e a rua árabe começou a contar uma história que os indicadores quantitativos padrão não tinham previsto”.¹

O BM admite uma profunda incompreensão das realidades da região árabe e se inclina para trás para tentar explicar por que a população se revoltou apesar da sabedoria do Banco e dos conselhos aparentemente bem sucedidos aos regimes autoritários governantes.

Explicações falsas

Apenas o título do comunicado de imprensa acima mencionado é edificante: “A frustração de classe média alimentou a Primavera Árabe”. O BM afirma que a pobreza e as desigualdades estavam em uma tendência decrescente antes de 2011; houve progresso no “aumento da prosperidade compartilhada”; “aumento das matrículas escolares e redução da fome e da mortalidade

infantil e materna". De acordo com o BM, as classes médias estavam descontentes por não obterem o que consideravam ser sua parcela justa da abundância.

Desrespeitando os fatos, o Banco Mundial afirma que a pobreza e as desigualdades tinham uma tendência decrescente antes de 2011.

O BM diz que os 40% mais pobres da população estavam muito menos descontentes do que a classe média e não tinham necessidade de sair à rua. Isto é claramente contrário às circunstâncias que desencadearam os protestos de rua na Tunísia, onde o movimento começou.

Lembramos que em 17 de dezembro de 2010, Mohammed Bouazizi, um jovem vendedor de rua, em desespero de ter suas mercadorias confiscadas pela polícia, ateou fogo a si mesmo. Foi o início das manifestações que reuniram centenas de milhares de classes populares, e especialmente as mais pobres. Não foram apenas as classes médias que se revoltaram. As explicações do Banco não são nada convincentes, como vários críticos têm demonstrado.

Sobre o início da Primavera Árabe na Tunísia e no Egito

TUNÍSIA

- 17 de dezembro de 2010: Mohammed Bouazizi, um jovem vendedor ambulante em Sidi Bouzid, ateou fogo a si mesmo em desespero de ter suas mercadorias confiscadas pela polícia. Foi o início de uma onda de protestos.
- 11 de janeiro de 2011: confrontos em Tunis.
- 14 de janeiro: O presidente Ben Ali, no poder desde 1987, foge para a Arábia Saudita.

EGITO

- 25 de janeiro de 2011: Primeira demonstração na Praça Tahrir, no Cairo. Isto marca o início de várias semanas de revolta para derrubar o regime.

- 11 de fevereiro: O Presidente Hosni Mubarak, no poder desde 1981, demite-se.

Críticas ao diagnóstico do Banco Mundial sobre os eventos da Primavera Árabe

Gilbert Achcar, autor de vários livros indispensáveis sobre a região árabe (Norte da África e Oriente Médio), bem como sobre a Primavera Árabe, demonstrou em um estudo bem documentado publicado em 2020 que as afirmações do Banco Mundial são infundadas. [2] Achcar mostra que é falso dizer que os níveis de desigualdade eram menos importantes na região árabe do que na maioria das outras regiões em desenvolvimento do mundo. Os estudos de Achcar mostram que as desigualdades de renda aumentaram no Norte da África e no Oriente Médio entre 1980 e 2011. Os rendimentos das classes populares diminuíram enquanto os rendimentos e valores líquidos das classes mais ricas aumentaram.

As desigualdades de renda aumentaram no Norte da África e no Oriente Médio entre 1980 e 2011

Os métodos do Banco Mundial para coletar dados de renda e gastos domésticos são bastante inseguros, pois são compilados a partir de um número muito limitado de amostras. As conclusões que são tiradas estão claramente em contradição com os efeitos observados de suas políticas. O CADTM dedicará um artigo futuro às falhas nos números do Banco Mundial.

Na coleta de dados sobre renda e gastos domésticos, o Banco Mundial utiliza um número muito limitado de amostras

Em trabalhos publicados entre 2014 e 2018 que cobrem o período de 1990 a 2016, Piketty, Facundo Alvaredo e Lydia Assouad contestam as alegações do Banco Mundial de que o Oriente Médio é menos desigual do que outras partes do mundo. De acordo com Piketty e seus dois colegas:

“...o Oriente Médio parece ser a região mais desigual do mundo,

com o décimo mais rico recebendo 64% da renda, comparada com 37% na Europa Ocidental, 47% nos EUA e 55% no Brasil”.[3]

Mais adiante (p. 17), os autores afirmam que “a parcela do maior percentual de renda é de cerca de 30% no Oriente Médio, contra 12% na Europa Ocidental, 20% nos EUA, 28% no Brasil, 18% na África do Sul, 14% na China e 21% na Índia”.

O estudo feito por Gilbert Achcar junto com o de Piketty, Facundo Alvaredo e Lydia Assouad, contradiz firmemente as declarações do Banco Mundial feitas claramente à pressa para desqualificar as críticas intensas.

Os autores dos estudos criticados pelo Banco Mundial, Vladimir Hlasny e Paolo Verme, em vez de defenderem seu estudo com base científica, preferiram acusar Achcar e Piketty et al de criar uma questão política em vez de debater uma questão técnica. Eles dizem que “a revisão crítica de Gilbert Achcar conclui que a pesquisa dos protagonistas do debate do ‘Quebra-Cabeça da Desigualdade Árabe’ exhibe um viés neoliberal sistemático e uma cegueira deliberada ao fato de que ‘suas receitas foram responsáveis... pela formidável explosão sócio-política da Primavera Árabe e pela prolongada desestabilização da região’ (p. 768). Argumentamos que a conclusão de Achcar é equivocada e baseada em uma interpretação enganosa das evidências, revisão seletiva dos estudos existentes, falso agrupamento de estudiosos e uma compreensão inadequada da medição da desigualdade de renda. A revisão parece ser uma tentativa de politizar o que tem sido um debate técnico saudável sobre desigualdade de renda no Egito”.[4] Para ser mais preciso, as críticas de Achcar são dirigidas à análise incorreta do BM sobre a região árabe e o Egito em particular. Ele denuncia o fato de as análises serem feitas com base em dados fornecidos por fontes oficiais monitoradas por regimes autoritários.

As análises do Banco Mundial são feitas com base em dados fornecidos por fontes oficiais monitoradas por regimes autoritários

Gilbert Achcar respondeu aos autores da BM da seguinte forma: “É surpreendente que alguém possa defender a alegação de que a discussão sobre um tópico como a validade de dados oficiais sob regimes autoritários e a causalidade de grandes revoltas populares contra esses mesmos regimes é puramente ‘técnica’, e que só os economistas deveriam se envolver, com exclusão dos economistas políticos e de todos os outros cientistas sociais – sem mencionar os ativistas sociais e políticos que muitas vezes sabem mais sobre seus países do que os ‘especialistas’ estrangeiros “. [5]

O contorcionismo do Banco Mundial em torno da desigualdade de renda e da curva Kuznets

Deve-se notar que o Banco não considera negativo um nível crescente de desigualdade. De fato, ele adota a teoria desenvolvida nos anos 50 pelo economista Simon Kuznets segundo a qual um país cuja economia decola e progride deve necessariamente passar por uma fase de desigualdade crescente. [6] De acordo com este dogma, a desigualdade começará a cair assim que o país atingir um patamar mais alto de desenvolvimento. É uma ilusão utilizada pelas classes dominantes para entorpecer os oprimidos aos quais impõem uma vida de sofrimento.

O Banco Mundial não considera negativo um nível crescente de desigualdade

A necessidade de aumentar as desigualdades está bem enraizada no BM. Eugene Black, presidente do BM em abril de 1961, disse: “As desigualdades de renda são o resultado natural do crescimento econômico que é a rota de fuga dos povos de uma existência de pobreza”. [7] No entanto, estudos empíricos do BM nos anos 70 na época de Hollis Chenery contradizem Kuznets.

As desigualdades de renda são o resultado natural do crescimento econômico

O BM começou a estudar, a questão da desigualdade na

distribuição de renda nos países em desenvolvimento como um elemento que influencia as possibilidades de desenvolvimento somente a partir de 1973. A equipe de economia liderada por Hollis Chenery dedicou muita energia a esta questão. O principal livro do BM sobre o tema Redistribuição com Crescimento foi coordenado pelo próprio Chenery. [8] Foi publicado em 1974. Chenery estava ciente de que o tipo de crescimento induzido pela política de empréstimos do Banco gera desigualdade. A preocupação do BM foi expressa repetidamente em termos não incertos por McNamara: “se a desigualdade não for reduzida, se a pobreza não for reduzida, haverá repetidas explosões sociais e estas serão prejudiciais aos interesses do mundo livre, cuja liderança é fornecida pelos Estados Unidos”.

Entretanto, após a saída de Chenery em 1982 e sua substituição por Anne Krueger, uma economista conservadora neoliberal, o BM abandonou completamente a preocupação de aumentar ou manter a desigualdade ao ponto de deixar de publicar dados sobre este assunto no Relatório de Desenvolvimento Mundial. Anne Krueger não hesita em retomar a curva de Kuznets, fazendo do aumento da desigualdade uma condição para o início do crescimento na base duvidosa de que os ricos impulsionam o investimento.

Em “Capital no Século XXI” [9], Thomas Piketty apresenta uma análise muito interessante da curva de Kuznets. Piketty menciona que no início o próprio Kuznets duvidava do real interesse da curva. Isso não o impediu de desenvolver uma teoria econômica que continua a se recuperar e, como todos os economistas que servem bem a ortodoxia, receber o Prêmio Nobel Memorial em Ciências Econômicas (1971). Desde então, as desigualdades atingiram níveis nunca antes vistos na história da humanidade. Isto é o resultado do dinamismo do capitalismo global e do apoio que recebe das Instituições Internacionais que são encarregadas do “desenvolvimento” e dos governos que favorecem os interesses do 1% sobre os da enorme massa da população, tanto nos países desenvolvidos como nos demais.

Quando analisamos a posição do Banco Mundial sobre a Primavera Árabe, vemos que eles se apegam fortemente ao dogma de que as desigualdades são boas para o desenvolvimento.

Podemos dizer aqui que as considerações do BM sobre a Primavera Árabe são pegadas em equívocos: ele sustenta que os níveis de desigualdade são menos importantes na região árabe e isso é um sintoma preocupante de que as coisas não estão como deveriam estar no suposto sucesso econômico da região. Como fiéis discípulos das teorias de Kuznets, Vladimir Hlasny e Paolo Verme declaram “a baixa desigualdade não era um indicador de uma economia saudável “. [10]

Gilbert Achcar resume da seguinte forma a posição adotada por Paolo Verme: “na visão do estudo do Banco Mundial de 2014, é a aversão à desigualdade, não a desigualdade per se, que deve ser deplorada, uma vez que a desigualdade deve inevitavelmente aumentar com o desenvolvimento a partir de uma perspectiva kuznetsiana. Se o crescimento do PIB tivesse sido acompanhado de um efeito de gotejamento, os egípcios teriam tido uma visão mais positiva da desigualdade, pois “as pessoas dificilmente podem apreciar a desigualdade se seu próprio status e o status de seus pares não melhorarem” (Verme et al., 2014: 9711). Seguindo a mesma lógica, a fim de se conformar à curva de Kuznets, é mais desigualdade do que menos que o Egito precisa (...)”. [12]

De acordo com o Banco Mundial, a aversão à desigualdade, não à desigualdade per se, é de lamentar, pois a desigualdade deve inevitavelmente aumentar com o desenvolvimento.

Deve-se acrescentar que o BM finge contra todas as evidências de que os mais pobres não eram um dos principais setores sociais a participar da ação contra os regimes autoritários em vigor e suas políticas anti-sociais. É importante que o Banco diga isto porque é suposto trazer assistência aos pobres. Dado que no mundo da fantasia, como imaginado pelo Banco Mundial, o nível de pobreza era baixo, não é possível que tenham sido os

mais pobres que se levantaram na Tunísia e no Egito em janeiro de 2011. Segundo especialistas do Banco Mundial, foram as classes médias que se mobilizaram para protestar contra o progresso insuficiente em suas condições de vida. Segundo o Banco, este progresso insuficiente foi devido ao Estado, que ainda estava interferindo demais na economia e administrando mal os assuntos públicos.

O Banco Mundial e o FMI dão seu total apoio a regimes autoritários

Além disso, o BM e o FMI precisam de bodes expiatórios, eles não hesitam em denunciar e criticar como autoritários e corruptos, déspotas que têm defendido até o último momento.

O BM não mudou sua visão sobre a região árabe

Dez anos após a primavera árabe, o BM e o FMI ainda estão obrigando os países em questão a aplicar as políticas em vigor antes dos eventos e que foram sua causa principal. Para eles, grandes setores da economia precisam de privatização, livre acesso ao mercado, regulamentações mais favoráveis para atrair investimentos estrangeiros e o governo apenas regulamenta o livre jogo das forças de mercado.

Para o Banco e o FMI, uma grande proporção das empresas públicas deveria ser privatizada e o governo deveria simplesmente regular o livre jogo das forças de mercado.

As parcerias público-privadas também devem ser incentivadas, embora seja bem conhecido que tais estruturas são mais favoráveis aos interesses de investimento do que ao interesse público. O banco diz: “O que os governos do MENA precisam fazer é abrir os mercados à concorrência, introduzir parcerias público-privadas e revitalizar segmentos de suas economias que tenham sido ineficientes ou totalmente inativos”. [13]

No mesmo documento, o Banco afirma que “os governos, desempenhando seu legítimo papel, precisam fazer um esforço imenso para equipar sua juventude para crescer e competir em

um mundo cada vez mais globalizado”. Em outras palavras; os jovens devem estar preparados para competir uns contra os outros, oferecendo sua capacidade de trabalho a empregadores privados. De acordo com a BM, a criação pública de empregos socialmente úteis de alta qualidade e bem remunerados deve ser evitada a todo custo, as empresas são bastante capazes de fazer isso e seriam capazes de satisfazer os funcionários “adequados”.

O Banco Mundial quer que os jovens sejam mais competitivos e considera as mulheres do ponto de vista de seu “desempenho”

Mais uma vez, neste documento lemos que as mulheres são melhores “executantes” (sic), portanto as autoridades devem adotar políticas que atraiam mais mulheres para o emprego. [14]

Em seguida, o Banco sugere que as medidas sociais são muito caras: “Os governos do MENA também devem repensar sua abordagem à proteção social, que tem sido buscada através de políticas que dependem de subsídios caros e mal orientados. Por muito tempo, os Estados escolheram o caminho politicamente fácil e economicamente desastroso para um contrato social falho, no qual bens e serviços básicos são disponibilizados a preços ‘protegidos’ para comprar lealdades políticas e “paz social”. Assim, ele pressiona para reduções nos subsídios socialmente úteis.

O Banco conclui seu dogma neoliberal com: “Para evitar mais uma década perdida, uma forte chamada de atenção precisa ressoar em todo o MENA – desde o ‘Oceano até o Golfo’. A tarefa imediata é abrir a porta para a iniciativa privada, vencer a resistência à liberalização das economias e capacitar a juventude com oportunidades para igualar seu potencial ilimitado”. Amém!

Deve-se sublinhar que o BM geralmente continua a apoiar regimes autoritários na região. Em particular, apoia o

criminoso regime egípcio de Abdel Fattah al-Sissi em vigor desde 2014 e considera a monarquia autoritária no Marrocos como um exemplo a ser seguido.

Ao criticar o Banco Mundial, o FMI e os governos da região, o CADTM afirma que para evitar mais uma década de esperanças e desilusões perdidas, é necessária uma conscientização em toda a região, desde o Atlântico até o Golfo. Os povos da região devem continuar as ações empreendidas desde 2011, organizando-se e criando governos que façam uma ruptura radical tanto com o sistema capitalista quanto com sua versão neoliberal e realizem profundas reformas sociais em favor da justiça e da emancipação de todas as formas de opressão, sejam elas patriarcais, religiosas ou outras.

O autor agradece a Omar Aziki, Brigitte Ponet, Claude Quémar e Milan Rivié por seus conselhos construtivos.